

Notas sobre as transformações ambientais na planície pantaneira

ILSYANE DO ROCIO KMITTA*

“O silêncio implica na cumplicidade na construção do esquecimento.”¹

Concatenada com as mudanças de paradigmas pelos quais a História passou na década de 70 (vem passando), a abertura ao diálogo entre as Ciências humanas foi um traço marcante da historiografia do Século XX. Novas abordagens, novos paradigmas que somados as diversas áreas do conhecimento permitem analisar e discutir temáticas cada vez mais instigantes no campo da História. Perspectivas de novas pesquisas que lançam o historiador na trilha de questões epistemológicas que englobam o diálogo com diversos autores e as mais variadas fontes, que oferecem a escrita de textos cada vez mais ricos em questionamentos, possibilitando, em parte, algumas respostas para nossas indagações/interrogações.

Ao escrever sobre as bases teóricas da História Ambiental, Pádua salienta que enquanto campo historiográfico, a História Ambiental estrutura-se a partir da década de 1970, onde as questões ambientais em discussão estão imbricadas com a globalização, integrando assim, as agendas políticas, econômicas e culturais. E mais, para o autor

A História Ambiental emergente no Século XX, no entanto, é bem mais complexa do que um inventário diacrônico dos males infringidos pelos seres humanos ao planeta. Ela incorpora outras transformações teóricas que merecem ser discutidas com destaque [...]. (PADUA, 2010; 86)

É possível produzir novos diálogos, no campo da História Ambiental, com o conhecimento historicamente construído que contemplem em seus objetos as formações sociais, culturais, econômicas e políticas e como, no conjunto, favoreceram determinados acontecimentos. Recorremos a Martinez quando salienta que:

Historia Ambiental é antes de tudo História. O desafio é permanecer na condição de historiador, ou seja, seguir nas análises e reflexões dentro dos

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD/FUNDECT/CAPEs- ilsyanekmitta2@ibest.com.br

¹ CAMPOS, C. *Pantanal Mato-grossense: O semantismo das águas profundas*. 2004, p.42

padrões historiográficos que requer a construção de conhecimentos históricos contemporâneos. (MARTINEZ, 2006; 30)

Nossa breve análise é sobre as transformações pelas quais o Pantanal sulmatogrossense vem passando, de forma mais intensa desde meados do Século XX, expondo os ecossistemas da planície pantaneira. Nos anos de 1960, novos olhares são lançados sobre a região que compreende os pantanais, com uma política desenvolvimentista estimulando a ocupação dos inexistentes “vazios demográficos”. Deslocamentos que estabeleceram novas formas de ocupação social e espacial no centro-oeste do Brasil. A ação antrópica desvendando diferentes espaços, expressões simbólicas e culturais. Segundo Icléia Vargas (2006), foi após a década de 1960 que o Pantanal passa a ser visto como uma região rica em sua biodiversidade e muitas práticas adotadas para o desenvolvimento de atividades econômicas passam a se questionadas.

Se considerarmos que o Pantanal é apresentado como um patrimônio, um espetáculo da natureza, uma paisagem exuberante pela mídia, para os habitantes da planície pantaneira, o mesmo “é visto e sentido a partir de uma perspectiva utilitária, e também como o meio social, o mundo vivido”. (VARGAS, 2006; 1) Portanto, em conformidade com a autora há uma duplicidade de sentidos que compreende o ver e sentir. Nesse contexto, Leite analisa que “a ocupação econômica da região, sem entrar no mérito valorizador ou detratante das várias atividades desenvolvidas, sempre teve no seu interior a presença marcante da natureza pantaneira e suas particularidades, especialmente as grandes enchentes e sua antítese, as secas.” (LEITE, 2005:174)

Surgem interesses convergentes do Estado e dos proprietários de terras, ou seja, do empresariado rural, frente às possibilidades que se apresentavam para investimentos nos pantanais. Recursos oriundos de programas e fundos de fomento do Governo Federal, criados a partir da década de 1960 visando modernizar setores como da agropecuária e a agroindústria no Brasil. Investimentos destinados a limpeza dos campos, formação e melhoria das pastagens, aquisição de maquinários e equipamentos, construção de benfeitorias, propiciando um melhor retorno na produção e acelerando o desenvolvimento da região, aproveitando o potencial econômico em áreas específicas do centro-oeste, leia-se Pantanal.

A década de 70 chega trazendo promessas milagrosas de desenvolvimento. No período de 1974-1976 o Programa de desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN, sob

a coordenação da SUDECO, criava um pólo de desenvolvimento no Pantanal do Mato Grosso, cujos empreendimentos trouxeram para a região impactos que foram sentidos não apenas na economia como também no meio ambiente e na cultura. Proença, assim registra tal fato:

A idéia era de implantar um sistema de malhas viárias, saneamento ambiental, energia, desenvolvimento da pecuária de corte, industrialização. Porém, o que se viu foram projetos executados pela metade como a transpantaneira e outros que nem saíram das gavetas, ou se transformaram em secundários em vista das inúmeras outras obras, que se realizavam no país naquela época dourada. (PROENÇA, 1997:152)

Descobrir a vulnerabilidade dos pantanais foi o passo seguinte do processo de desenvolvimento. A substituição da vegetação nativa por áreas de pastagens e da agricultura, dentro de uma exploração imediata, modernizadora, gerou conseqüências não apenas imediatas, bem como as que afloraram em longo prazo nos pantanais. Leite faz uma análise de tais transformações. Para o autor, essas mudanças estão atreladas a exigências de um mercado consumidor cada vez mais seletivo e restrito que interfere grandemente na organização das fazendas. Assim, para atender tais expectativas “estradas são bloqueadas, novas divisões internas são operadas, áreas são vendidas, mas, sobretudo, costumes, hábitos e formas de tratamento são modificadas ainda que lentamente, quase imperceptíveis.” (LEITE, 2003:133)

A venda e fragmentação de muitas propriedades, após a enchente de 1974, desencadearam um processo acelerado de investimentos de agropecuárias que tem no gerenciamento a condução dos negócios e com isso o proprietário fica ausente da propriedade e tem muito pouca identidade com o lugar, com as especificidades e singularidade da planície pantaneira. As relações entre patrão e empregado ganham novos contornos. Campos analisa tais mudanças e cita parte de uma entrevista:

Patrão trabalhava rente com os peões. Não tinha esse negócio só de mandar, eles sabiam fazer. Pra saber mandar, tem que saber fazer, né. Clareava rente com a peonada. O respeito nas relações de trabalho, sobretudo no campo, baseava-se nesse compartilhar as agruras e durezas do cotidiano, lado a lado. (CAMPOS, 2004:105)

Consequentemente a relação do homem com a natureza, com o meio ambiente pantaneiro sofre alterações em função da inserção de novos métodos de trabalho onde ora a natureza atua como aliada, ora como empecilho. Paisagens que outrora foram descritas por viajantes, contidas nas representações cartográficas que expressavam

percepções e sensibilidades, imagens essas que tanto quanto encantavam, desesperavam e colocavam a prova a persistência e a determinação de “domar a natureza”, passaram ao longo dos anos por transformações, muitas vezes, imperceptíveis. No entanto, são portadoras de novas representações, de identidades, de um texto que pode apresentar inúmeras contradições.

As constantes mudanças e transformações operadas nos pantanais estão ligadas com fatores como a modernização das práticas agrícolas o que desencadeou sérios problemas sócio-ambientais frente ao avanço agroindustrial propagado pelo governo vislumbrando uma revolução agrícola no centro oeste do Brasil. A idéia de uma política desenvolvimentista incluía projetos agropecuários formatando um processo de “nova colonização”. Paralelo a esse fato, a Secretaria do Meio Ambiente do Ministério do Interior – SEMA viabiliza a criação de estações ecológicas nos principais ecossistemas que incluíam a Amazônia, Floresta de Araucárias, Pantanal, Mangues do Amapá, Serra do Tabuleiro entre outras, totalizando doze estações. O objetivo científico era instalar laboratórios destinados ao estudo comparativo dos recursos naturais no território brasileiro.

Discurso semelhante pode ser encontrado no prefácio e apresentação da obra intitulada “Pantanais Matogrossenses” (Devassa e Ocupação) de Virgílio Correa Filho, escrito em 1946 atendendo ao pedido da Biblioteca Geográfica Brasileira e publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Obra considerada pelo Instituto como uma importante na constituição da geografia regional do Brasil. Assunto que vinha aos poucos atraindo estudiosos para a necessidade de analisar regiões distintas, isoladas em suas características para depois buscar uma aproximação de forma a englobar no conjunto geral.

Retomando a discussão, quanto a SEMA, podemos considerar que essa pode ser considerada a primeira tentativa em termos práticos de executar políticas de proteção ao meio ambiente e a preservação de recursos naturais. A própria criação da SEMA foi o resultado da participação do Brasil na Conferencia da ONU em Estocolmo em 1972. Entre as atribuições da SEMA constava a elaboração, controle e fiscalização das normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente e a cooperação na preservação de espécies animais e vegetais ameaçados de extinção. Pesca predatória, caça de animais em extinção, assoreamento e contaminação dos rios, matança de jacarés, a substituição

da floresta nativa pela soja nas fronteiras agrícolas, tudo isso são notícias repetidas, e continuam sendo ameaças constantes na planície nos pantanais.

No Pantanal sul matogrossense, a partir da década de 1970, as diferentes utilizações do espaço e os modos de se relacionar com a natureza, a sua utilização estão diretamente ligados as atividades econômicas desenvolvidas, gerando conflitos no que tange na manutenção da produção e da preservação ambiental, dos interesses e formas de vida dos grupos locais e da vinda de novos proprietários. A relação do homem com a natureza passou por variações, as quais são possíveis de se perceber nas narrativas. A tradição oral é muito forte, sobretudo nas muitas lembranças daquelas pessoas mais velhas. A introdução de novas práticas culturais traz uma nova forma de olhar, de fazer a leitura dos fenômenos da natureza, como no caso das enchentes quando o “rio está nos paus” ou “nas tampas”, expressões muito utilizadas para dizer que o nível das águas está muito elevado, de cheias intensas quando só se avistam as copas de algumas arvores. A introdução de novos costumes, não apenas alterou a paisagem como também fragilizou o *modus vivendi* dos pantaneiros. Desse modo, “nesta vasta região tradição e modernidade coexistem espacialmente entre interesses diversos e conflitantes” (VARGAS, 2006; 3)

O Diário de Corumbá, datado de 30 de dezembro de 1977. Em sua primeira página, estampa a seguinte reportagem: “A hora e a vez do Pantanal” o teor da mesma, era que o Governo Federal se preparava para entregar o plano de manejo para o Pantanal – do norte - considerando que a divisão do Estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ocorreu em outubro de 1977. Entre as abrangências propostas pelo plano de manejo estava o aproveitamento turístico; a exploração e exportação de recursos naturais renováveis; campanha educativa em defesa da flora e da fauna ameaçadas de extinção. As contradições são evidentes e, vem acompanhada do discurso, de que o Pantanal é uma das regiões mais heterogêneas da Amazônia Legal e ao lado de formidáveis campos de pastagens, há pântanos e florestas com potencial madeireiro cobiçados pelas indústrias nacionais e estrangeiras e o intuito do plano era frear tal cobiça. Para todos os efeitos, o referido plano mostraria o que deve ficar como está e o que deve e pode ser explorado nos excepcionais ecossistemas tão peculiares da região. O discurso de cunho preservacionista estava visível, no entanto, as entrelinhas

continham a real função do plano de manejo que consistia em fazer um levantamento do potencial econômico da região dos pantanais.

Sendo considerada a maior área em extensão de terras úmidas distribuídas em 140.000 Km², abrangendo os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o Pantanal recebeu da UNESCO, o título de Patrimônio Natural que atua como uma área importantíssima para a manutenção do equilíbrio ambiental das águas da América do Sul. Segundo Moretti, a planície pantaneira “apresenta no seu interior características diferenciadas de solo, vegetação e drenagem, formando um ambiente heterogêneo possibilitando a delimitação de diferentes pantanais.” (1996: 16)

A baixa declividade da planície contribui para a precipitação das águas das cabeceiras do rio Paraguai e seu escoamento é muito lento. Estima-se um período de aproximadamente quatro meses para que essas águas atravessem toda a planície. Seu clima quente e úmido no verão e frio e seco no inverno são fatores reguladores para a renovação dos ecossistemas que compõem o bioma pantaneiro. Essa composição é resultante por sua vez de outros ecossistemas que compõem outros grandes biomas como Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e o Chaco cujas características são áreas sem inundações, áreas inundáveis, ambientes aquáticos com águas salobra ou água doce, vazantes, os cursos de águas intermitentes conhecidos como corixos, as baías e os rios. Solos arenosos, em sua maior parte cujas pastagens naturais/nativas são muito apreciadas pelos rebanhos bovinos e pela fauna nativa.

As enchentes que ocorrem no Pantanal, não podem ser comparadas as enchentes que acontecem em outras regiões. O que chamamos de Pantanal é um conjunto de ecossistemas. São vários pantanais marcados por características específicas próprias, como Negro e Aquidauana que juntam suas águas nos períodos das cheias. A planície tem seus ciclos climáticos marcados pelas enchentes e sua antítese, as secas. As inundações podem ser de curta duração, mas são responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico dos pantanais. Com as águas, ocorre à renovação das pastagens, o curso das lagoas e corixos que compõem o sistema hídrico da planície são reabastecidas, ou seja, a abundância das águas significa a abundância da vida, animal e vegetal dentro de ecossistemas com características específicas e diferenciadas. Para Vargas,

A abundância de água implica na abundância de vida animal e vegetal. Cursos d'água e lagoas servem de habitat para numerosas espécies de vegetação aquática, conhecidas regionalmente por aguapés e camalotes, podendo constituir verdadeiras “ilhas” na imensidão hídrica. Por outro lado, a

ictiofauna e a avifauna pantaneiras também são revigoradas pelo fenômeno das enchentes. (VARGAS, 2006:4)

Nesse contexto, um mosaico integrado de paisagens e de espaços geocológicos podem ser visualizados na medida em que a água retoma o seu curso. Obviamente que as cheias nos pantanais causam transtornos, exigem deslocamentos como foi o caso de Porto Murtinho nas enchentes de 1979 e 1982 quando toda a população foi abrigada num acampamento provisório que foi chamado pelos moradores de “cidade de lona”, mas ao mesmo tempo, as águas trazem com elas a dualidade da vida e da morte, um enigma que o morador dos pantanais tenta em vão desvendar. A imagem das águas aguça a imaginação, o estranho serpentear das águas, alterando a paisagem, exigindo adaptações e renúncias.

Com os períodos de seca mais intensa, em parte pelas mudanças climáticas ocorridas, em nível global, externos ao Pantanal e com o aumento da temperatura, podem ocorrer mudanças nos ciclos das águas da planície com períodos cada vez mais intensos de estiagem diminuindo o volume das águas. Esse fator pode levar ao comprometimento do bioma, posto que o Pantanal é um conjunto de ecossistemas interligados. Como exemplo, citamos o período de estiagem entre os anos de 1963-1973, uma seca mais prolongada que comprometeu o sistema hídrico pantaneiro e a pecuária, principal atividade econômica do Pantanal.

Em 1974 ocorre uma grande enchente no Pantanal, após um período prolongado de estiagem considerada como “uma das maiores calamidades sócio-econômicas que já se presenciou na história do Pantanal.” (PROENÇA, 1997:153) Muitos investimentos se diluíram tal qual às águas. Fazendeiros como “num abrir e fechar de olhos viram suas fazendas submersas” (op.cit). Proença faz uma observação que mostra como se processa a relação do homem com o meio ambiente, a percepção das mudanças e de que havia alguns limites impostos para a ação humana no Pantanal. Para o autor, “a natureza mais uma vez fazia das suas, vencida o homem, transbordava excessivamente, e não sei se pregava uma lição.” (op.cit)

Essa enchente é vista como um processo de recuperação do Pantanal assim como foi a enchente de 1959 que limpou os campos afetados pelos prolongados anos de seca. Um recurso regulador, operando na eliminação de diversas pragas, reabastecendo de água as baías e corixos, atuando na recuperação os ecossistemas. Nessa enchente, com a

perda considerável do rebanho bovino, muitas propriedades são vendidas ou abandonadas.

O crescente efeito da degradação ambiental vem mudando a paisagem, tal qual fazem as águas que mudam e alteram a geografia local, gestando paisagens imaginárias. Exemplo forte dessa transformação é a Transpantaneira, rodovia cujo projeto de construção que além de não ter um estudo hídrico consistente da região produziu aterros que interferiram nos ecossistemas. As seguidas enchentes, na década de 1970, impediram a continuidade dos trabalhos. Outros aterros como os construídos pela Camargo Correia que provocaram uma interferência sem igual tanto reduzindo quanto aumentando significativamente o volume das águas das cheias. O desequilíbrio ambiental ao qual o Pantanal está exposto não somente opera mutações na paisagem com vem assoreando rios, córregos e baías. A mata ciliar é retirada em vários pontos e na medida em que se perde essa vegetação natural há o comprometimento de muitas espécies e crescentes assoreamentos e erosões.

O assoreamento do rio Taquari, um dos mais importantes rios da planície, alterou o curso das suas águas. Nas margens, a ausência da mata ciliar resulta na erosão constante que leva areia para o rio, diminuindo a vazão da água e até mesmo trechos de ausência total da água, afetando muitas espécies de peixes e plantas aquáticas que são sua base de alimentação. Na década de 1970, o rio Taquari, com a intensificação das lavouras de soja no planalto, teve seu curso comprometido pelo assoreamento. Sendo o principal leito de drenagem das águas da planície que deságua no rio Paraguai, passando por 16 municípios, sendo que a maior parte se localiza no Estado de Mato Grosso do Sul. Tendo sua nascente próxima a divisa com o Estado de Goiás, o Taquari segue por aproximadamente 850 km até desembocar no rio Paraguai, a jusante em Corumbá. Nas décadas de 1940 e 1950 o trecho era navegável entre Coxim e Corumbá. Tinha uma profundidade de 15 metros, estudos demonstram que vários trechos, já na década de 1990, não chegavam a 1 metro de profundidade das águas. É como se a areia, no decorrer dos anos fosse lentamente afogando o rio.

A ação da agropecuária, mais intensiva na década de 1970, com suas novas técnicas de manejo e produção que eram utilizadas no sul e sudeste do país, contribuíram para que com a enxurrada, sedimentos fossem carregados para o leito do rio, cuja situação similar, passa muitos córregos e rios da região. Com o leito

comprometido, o baixo Taquari invade fazendas, provoca alagamentos em áreas urbanas, invadindo casas. Não há uma declividade na planície, um canal de drenagem. Em consequência do assoreamento a água extrapola seu curso natural. Ab'Saber, em seus estudos sobre as transformações e suas consequências para a planície pantaneira salienta que:

[...] os rios que chegam ao Pantanal, provenientes dos planaltos e escarpas circundantes, são os que mais trazem cargas poluidoras, devido ao seu transito por áreas agrícolas em expansão, que liberam caldas de agrotóxicos e fertilizantes, durante a estação das águas. São eles próprios que em áreas adjacentes aos pantanais, recebem produtos mercuriais, injetados nas suas águas a partir das zonas de garimpagem. Por ultimo, são eles também que acentuam uma poluição sedimentária, devido aos processos erosivos mais ou menos frequentes e setorialmente agressivos, em processo nos planaltos sedimentários regionais. (AB'SABER, 1988:28)

Cargas consideráveis de sedimentos são deslocadas para os leitos dos rios o que interfere grandemente na dinâmica das inundações que, por sua vez, comprometem de forma substancial os ecossistemas. A contaminação das águas por resíduos químicos e agrotóxicos utilizados para o desenvolvimento das atividades econômicas na região é fator responsável por alterações significativas da vida animal e vegetal nos pantanais interferindo nos seus ciclos reprodutivos.

Mesmo a pecuária, considerado por muitos, como tendo baixo impacto, atua como elemento modificador da vegetação com a introdução de pastagens alheias ao ambiente. Ocorre o desmatamento e, muitos desses desmatamentos, são parte de projetos de orientações técnicas, iniciativa dos fazendeiros na busca de maior produção, ampliação das pastagens, introduzindo espécies exóticas em locais onde as inundações são menos intensas como nas chamadas cordilheiras² que apresenta uma vegetação natural densa que tem a função de abrigar os animais em picos de calor intenso. As consequências ambientais advindas do desmatamento como o das cordilheiras, ainda são imprevisíveis. A alteração do ambiente natural adequando as necessidades que são impostas pelo modo de produção mais intensivo resultam no desequilíbrio da natureza.

² As cordilheiras são pequenas elevações localizadas na planície pantaneira, que não são atingidas pelas águas nos períodos de inundações. Com uma vegetação tipo cerrado é o refugio aos animais nos período das cheias.

Estudos desenvolvidos por pesquisadores da Embrapa Pantanal apontam que 17% da paisagem do Pantanal foi devastada nos últimos anos. Registro de um desmatamento de 2,85%, ocorrendo de forma mais intensa no planalto e menos na planície. Fator esse que está ligado à pecuária tradicional, considerada menos danosa, se comparada à agricultura do planalto. No entanto, muitos fazendeiros e pecuaristas, não tendo uma ligação direta com a cultura e com o meio ambiente, buscam a uniformidade da paisagem. O respeito a diferentes unidades de paisagens e suas características próprias fica esquecido. A idéia de conservação, de preservação está atrelada a reservas particulares, vistas como reservas naturais. A cobertura vegetal original está comprometida. Na tentativa de reverter esses danos, a Secretaria do meio Ambiente em conjunto com fazendeiros estão replantando mudas de espécies nativas na tentativa de conter a erosão, visto que o problema das inundações, fora de seu curso, tido como normal, compromete a o rebanho bovino.

Sendo um conjunto de ecossistemas, a natureza do Pantanal pede respeito às singularidades do ambiente. Beleza e encantamento de um céu às avessas, no espelho das águas. Aprender a ler o Pantanal, a ver a natureza como portadora de aspectos que englobam um universo simbólico, representações construídas pelo homem temporalmente, são lições do cotidiano do morador dos pantanais. Suas experiências vividas são marcadas por elementos que envolvem um universo mítico, portanto,

Ao lado das ligações e das concepções inerentes ao universo sobrenatural ou mítico sobressaem indicações que demonstram o conhecimento sobre caminhos, clima, plantas e raízes medicinais, além das técnicas de trabalho em que o contato com a natureza é fator constante.” (LEITE, 2005:184)

O morador da planície tem seu cotidiano marcado por histórias inacreditáveis de força e coragem, causos que envolvem onças e seres que moram no fundo das baías, que povoam a imaginação do pantaneiro. Para esse homem familiarizado com o meio em que vive, fazer essa leitura é como decifrar mensagens emitidas pela natureza, é tão necessário quanto trivial.

A entrada na mata, a travessia do rio, o pouso em local ermo são momentos de aplicação e adaptação de conhecimentos e crenças que foram transmitidas desde longos tempos. São ainda instantes de tensão entre o saber tradicional e a natureza, são momentos de memória e de história, de interpretação e

significação daquilo que se sabe por experiência própria ou de outrem e, podem proporcionar novos saberes. (LEITE, 2005:184)

Embora, para aquele que chega alheio ao ambiente, aquele que “vem de fora”, não parece tão simples assim. A falta de familiaridade dá respostas imediatas, será visto apenas aquilo que os olhos estão aptos e acostumados a ver. É preciso primeiro entender que se trata de uma área onde é possível verificar uma grande diversidade natural que, no decorrer do processo de ocupação, sofreu alterações no seu uso e nas suas próprias características. (MORETTI, 1996:18)

Com as seguidas enchentes nos anos de 1970, a região passa por um processo de estagnação econômica no setor agropecuário. Expectativa de alavancar a economia fez com que a atividade turística ganhasse corpo como novo segmento econômico no Pantanal. Contemplar a natureza e desfrutar da pesca foram elementos determinantes para a atividade turística. Uma teia de serviços é articulada que incluíram empresas de turismo, hotéis, restaurantes, aluguel de barcos, oficinas de reparo para pequenas embarcações, trabalhadores autônomos como catadores de iscas, piloteiros, guias e pescadores. O turismo trouxe a preocupação de adequar à natureza as necessidades do visitante, era necessária a eliminação dos aspectos vistos como negativos.

O número de turistas, registrados na década de 1990, era de apenas um brasileiro para cada dez estrangeiros que visitam os pantanais. Turistas esses recebidos nas mais de 500 hotéis e pequenas pousadas da região. Pesquisa realizada em 1997, pela Revista Veja³ apontava o Pantanal e Bonito como a segundo local que desejavam conhecer. E, para receber esse número de turistas o Pantanal passou por transformações profundas onde fazendas passam a ser pousadas e recantos ecológicos, os peões acostumados com a lida do gado passam a ser guias turísticos, comitivas como atrativos. O Pantanal passou e vem passando por várias transformações combinadas que atuam como agentes agressivos a salvaguarda do Pantanal.

As transformações pelas quais a planície foi exposta, especialmente nas décadas de 1970-1980, por um processo de desenvolvimento intensificou as pressões sobre a natureza e suscitou adequações na relação do homem com a natureza que passa a ser vista como um recurso a ser explorado. Como resultado, o tempo e o ritmo de trabalho

³ Revista Veja edição 1600, ano 32 n. 22 de 02 de junho/1999.

se alteram, ou seja, o tempo de trabalho não se adapta mais ao meio ambiente pantaneiro. O respeito ao tempo e a natureza, característico da população pantaneira e reconhecido por outras culturas como lento e com períodos de ociosidade é posto a prova. As atividades desenvolvidas localmente até então, de maneira geral estavam integradas ao ritmo da natureza e as necessidades do pantaneiro eram supridas com poucas alterações no seu ambiente natural.

Através do estudo das relações entre homem e natureza nos pantanais, que ressaltamos, são complexas, visto que envolvem experiências vividas, estratégias de desenvolvimento de atividades que permitam a continuidade e permanência no local. Buscamos na tradição oral, as referências do passado, aspectos de uma cultura gestada e transmitido por gerações, as maneiras de ser e as interpretações de um sistema cultural abrangente de imagens e códigos onde as enchentes atuam como um elemento portador de ambigüidades. A presença do homem nos pantanais resultou na interação desse com a natureza e, tem importância significativa na construção de uma identidade regional.

Bibliografia

- AB'SABER, A.N. O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE n.50 p. 9-57, 1988.
- CAMPOS, Cristina. *Pantanal Mato-grossense: O semantismo das águas profundas*. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.
- CAMPOS FILHO, L. V. *Tradição e ruptura; cultura e ambiente pantaneiros*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002. 184p
- CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanais Matogrossenses* (Devassamento e ocupação). Publicação n. 3 Série A. Ed. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 1946.
- EDIBAP. Relatório da 1ª fase - TOMO I. Resumo do Diagnóstico e Estratégias e Desenvolvimento. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO. Convenio: Governo Brasileiro - UNDP-OEA. Brasília: novembro/1979
- EMBRAPA PANTANAL. Impactos ambientais e sócio-econômicos no Pantanal. Corumbá, 1997a

- EMBRAPA PANTANAL. Impactos Ambientais e sócio econômicos no Pantanal. Corumbá, 2002.

- LEITE, E.F. *Marchas na história: comitivas e peões-boiadeiros no Pantanal*. Brasília: Ministério da Integração Nacional; Campo Grande,MS: Ed. UFMS, 2003

- _____. Anotações sobre cultura e natureza nos pantanais. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 167-188, 2005

KMITTA, I.R. *Experiências vividas, naturezas construídas: Enchentes no Pantanal (Porto Murtinho 1970-1990)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados, MS.

- MARTINEZ, Paulo Henrique. *História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino*. Coleção questões da nossa época. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

- MORETTI, E.C. Problemática Ambiental no urbano: Análise da ocupação do espaço e sua relação com a natureza no Pantanal (Corumbá). 1996. Dissertação (mestrado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ – Presidente Prudente, SP.

- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados* 24 (68), 2010 p. 81-101

- PRODEPAN – *Pantanal, nova fronteira econômica* - I Encontro do Programa de Desenvolvimento do Pantanal. Conferências, Proposições e Subsídios. Governo do Estado de Mato Grosso. Secretaria da Agricultura. Corumbá, 1974.

- PROENÇA, Augusto César. *Pantanal: Gente, tradição e história*. 3ª Ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 1997

- VARGAS, I. A. O desenvolvimento territorial rural do Pantanal Mato-grossense no contexto da sensibilização ambiental. *Anais do VII Congresso Latino Americano de Soc. Rural*. Quito, Nov/2006. p. 1-18